

DIMENSÕES CIVILIZATÓRIAS NO BRASIL PROFUNDO: MODERNIDADE E TRADIÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DA ELITE NORTE MINEIRA

CIVILIZATION DIMENSIONS IN DEEP BRAZIL: MODERNITY AND TRADITION IN THE CONSTITUTION OF THE NORTH MINEIRA ELITE

Harilson Ferreira de Souza¹

RESUMO

Na perspectiva histórico-figuracional de Norbert Elias (1994), a mudança tem particularidades e forma uma tríade tanto com a civilidade quanto com o progresso, numa dada direção específica. Sua função esteve sempre bem definida: possibilitar o refinamento do comportamento e reafirmar a predominância da perspectiva epistemológica eurocêntrica no desenvolvimento das figurações, numa cruzada civilizatória. Aqui, nosso esforço será analisar como o povoamento da região Norte de Minas Gerais, ocorrido a partir de 1660, por meio das bandeiras e da expansão da pecuária, desdobrou-se numa ação civilizatória rural e cosmopolita. Interessar-nos-emos pela análise das mudanças ocorridas a partir da ação civilizatória, nos *habitus* comunitários, firmados na reciprocidade, característicos das figurações consolidadas entre indígenas e quilombolas, mediante a imposição de uma figuração individualista, hierarquizada, violenta, baseada no lucro. Fazendo uso de uma biografia específica sobre o tema, esperamos como resultado, compreender como esta conjuntura, resultou no surgimento de uma elite econômica-política, que institucionalizada, tornou-se preponderante numa região, rural e cosmopolita, coabitando modernidade e tradição verificados em *habitus* de vida rústicos. Sobre este chão, dar-se-á a ação civilizacional do colonismo social praticado por Lazinho Pimenta e Theodomiro Paulino, responsável pelo refinamento do comportamento da elite regional e por um aprofundamento do processo civilizador que, tendo Montes Claros como epicentro, espalhou-se por toda região.

Palavras-chave: Processo Civilizatório; Elite; Refinamento do Comportamento.

¹Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, pela Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros. Minas Gerais. Brasil, na qual é mestre na mesma área. E- mail: harilsonleo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3282-6217>.

ABSTRACT

In the historical-figurational perspective of Norbert Elias (1994), change has particularities and forms a triad both with civility and with progress, in a given specific direction. Its function was always well defined: to enable the refinement of behavior and reaffirm the predominance of the Eurocentric epistemological perspective in the development of figurations, in a civilizing crusade. Here, our effort will be to analyze how the settlement of the northern region of Minas Gerais, which took place from 1660 onwards, through the bandeiras and the expansion of livestock, unfolded into a rural and cosmopolitan civilizing action. We will be interested in the analysis of the changes that took place from the civilizing action, in the community habitus, established in reciprocity, characteristic of the consolidated figurations between indigenous people and quilombolas, through the imposition of an individualistic, hierarchical, violent figuration, based on profit. Making use of a specific biography on the subject, we hope, as a result, to understand how this conjuncture resulted in the emergence of an economic-political elite, which institutionalized, became predominant in a region, rural and cosmopolitan, cohabiting modernity and tradition verified in habitus rustic life. On this ground, the civilizing action of the gossip columnist practiced by Lazinho Pimenta and Theodomiro Paulino will take place, responsible for refining the behavior of the regional elite and for a deepening of the civilizing process that, having Montes Claros as its epicenter, spread throughout whole region.

Keywords: Civilizing Process; Elite; Refinement of Behavior.

Artigo recebido em: 15/10/2022

Artigo aprovado em: 14/04/2023

Artigo publicado em: 21/06/2023

INTRODUÇÃO

Neste estudo, analisamos nosso objeto na perspectiva teórico-metodológica de Norbert Elias (1994). O autor, adota um viés histórico-figuracional, para posicionar o objeto de estudo sociológico, nas interações sociais formadas pelos homens, em redes interdependentes. Partindo de Elias (1994), analiso dimensões do processo civilizador no Brasil profundo, a luz da região Norte de Minas Gerais, para sublinhar aspectos da modernidade e da tradição na constituição da elite regional. Discuto a modernidade como mito, no sentido de Dussell (1993), constituída pela visão de que, um grupo se

autodefine portador de uma cultura superior, enquanto a cultura do outro é inferiorizada e tratada como rude, bárbara. Justificativa para exercer a dominação sobre o outro, numa mitológica emancipação civilizadora. Tradição, será entendida como o padrão de relações sociais brasileiras, baseada no mando e na obediência, estruturadas nas redes de parentelas conforme abordou Queiroz (1975), persistindo na região estudada segundo analisaram dentre outros, Oliveira, F. (2000) e Pereira (2002). O Brasil profundo é delineado pelo aspecto geográfico norte mineiro e, num plano mais amplo, situa-se na perspectiva da república dos párias conforme narrou metafisicamente, o “Sertão do São Francisco”, Guimarães Rosa (2006). *Ele está dentro da gente. Ele está em todo lugar*. Paradoxo de um Brasil injusto, desigual e opressor, que nos impõe a todos, diariamente, uma luta ferrenha pela sobrevivência.

A leitura que realizo da formação social norte mineira, focaliza as relações que vinculam os diferentes sujeitos entre si, por meio do *habitus*, como saber social incorporado na vivência das relações estabelecidas, sendo influenciadas pelas mudanças no refinamento do comportamento, inerentes ao processo civilizador nos moldes de Elias (1994). Em nossa abordagem analisamos três categorias: refinamento do comportamento, *high society e low society*. A categoria refinamento do comportamento é própria do processo civilizador, se baseia no controle das emoções, nos patamares de violência, vergonha e nojo, discutida a partir de Elias (1994) e, atualizada por Bourdieu (2011), como capital simbólico, adquirido pelo acesso diferenciado das classes, à educação formal e informal. A privatização dos bens simbólicos pelas classes dominantes brasileiras, é discutida, como dialética das distinções dentre outros, por Souza J. (2021). A dialética das distinções sociais é identificada na categoria *high society*, teorizada por Elias (2001), exemplificando a sociedade de corte francesa do século XVII, como uma ordem hierárquica, estruturada numa rigorosa etiqueta, aproximando os integrados e aumentando a distância do conjunto da sociedade, fora do cunho dos cortesões. Essa categoria é atualizada por Morin (1997), que a define como sendo menos mitológica, mais próxima da vida

cotidiana, típica do ambiente das celebridades, tratadas como os novos olímpianos na ambiência do colonismo social. A categoria *low society*, é integrada pelos destituídos dos influxos da modernidade eurocêntrica, quando trata alguns seres, como menos humanos que outros. Dito isso, tangenciamos uma crítica a modernidade eurocêntrica, por meio da gnosiologia decolonial. Ela se alimenta da crítica por dentro, posicionada na liminaridade, para imaginar um mundo no qual, muitos mundos podem coexistir em condições de protagonismo, no sentido de Quijano (1992; 2010) e, Mignolo (2003).

O processo civilizador da região Norte de Minas Gerais, numa perspectiva diacrônica, pode ser dividido em dois momentos distintos. O primeiro momento iniciou-se a partir de 1660, com a chegada das bandeiras paulistas lideradas por Mathias Cardoso e, pela expansão pecuarista, se estendendo até a década de 1960. O segundo, a partir de 1960 a 1980, foi marcado pela modernização e ampliação da atividade econômica industrial, incentivada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, (SUDENE) e, pela ação civilizatória aprofundada pelo colonismo social de Lazinho Pimenta e Theodomiro Paulino. Neste processo, segundo Costa (2019), prevaleceu uma figuração social baseada no crescimento da vida cosmopolita, na primazia do lucro e na institucionalização da elite regional, cuja segregação espacial foi materializada pelo surgimento de clubes e atuação do colonismo social. Nosso interesse se concentra, na análise das mudanças ocorridas nos *habitus* comunitários dessa região e instrumentalizadas por essa ação civilizatória, cujos habitantes, dentre eles quilombolas e indígenas, foram controlados pela coerção social de uma figuração individualista, hierarquizada, violenta e baseada no lucro. Desta conjuntura, emergiu uma elite² econômica-política, preponderante na região.

² Em face das múltiplas possibilidades de definição do termo “elite”, tomaremos como parâmetro, as abordagens de Mosca (1992) e Pareto (1984), como sendo um grupo que se destaca na dimensão política, administrativa e econômica, para consolidar relações de poder e dominação, provocando mudanças sociais e políticas na sociedade. Não obstante, o alcance das decisões tomadas pela elite, “são, segundo Carvalho (2007, p. 20), condicionadas por fatores sociais e mesmo políticos, sobre os quais elas, muitas vezes, têm pouco ou nenhum controle”. Todavia, a elite se beneficia de sua posição político-econômica privilegiada, na rede de interdependências que integra nas figurações.

Elias (1994), observa que o processo civilizador, fenômeno não linear e tão pouco homogêneo, apresenta um aspecto paradoxal, pois, a despeito de possuir um direcionamento específico, os atores sociais viventes no contexto, são quase sempre incapazes de identificá-lo. E, compreender como os fatos da vida cotidiana situam-se diante de um fenômeno, é uma das principais tarefas da Sociologia. Desse modo, analisaremos o modelo de desenvolvimento prevalecente, num período que recobre o início do povoamento em 1660, ao estabelecimento da vida cosmopolita em meados do século XX. Este será o nosso alcance³. Partimos da hipótese de que, desde o início do povoamento da região Norte de Minas Gerais, ocorrido por volta de 1660, a valorização do lucro, riquezas e *habitus* de vida individualistas, por bandeirantes paulistas e fazendeiros, prevaleceu como distinção social no processo civilizatório, numa figuração interdependente, hierarquizada, rústica e violenta, sob a qual se constituiu a elite regional. Na esteira dessa discussão, Costa (2003), observou que as relações sociais estruturadas, não compartilharam os benefícios culturais e civilizacionais com os subalternizados. A sequência do processo evidenciará a atuação social e política dos grandes fazendeiros e de seus representantes, para forjar um *modus vivendi* elitista, a partir das relações corporativistas com o poder estatal e clerical, visando, sobretudo, a concessão de benefícios que servissem aos próprios interesses.

O artigo em questão, além desta introdução, será dividido da seguinte forma. Na segunda sessão, investigaremos a civilidade do processo de povoamento regional. Em seguida, para criar um percurso analítico seguro, trataremos do Norte Minas, a partir das relações de poder, violência e opressão, como *habitus* no processo civilizatório, abordagem que nos permitirá discutir, na sequência, os avanços e permanências no comportamento social da elite norte mineira. Superada esta etapa, delinearemos como as ações empreendidas pelo colonismo social de Lazineiro Pimenta

³ Uma análise das populações tradicionais, pode ser verificada em Costa (2021), obra que trata o tema em profundidade, dando-lhes visibilidade diante do processo civilizatório, em suas tecnologias, identidades e modelo de desenvolvimento que os caracteriza como resistência e protagonismo.

e Theodomiro Paulino exerceram papel indelével no processo civilizatório, ora tomado como objeto de estudo. Por fim, faremos as considerações finais, buscando apresentar, ainda que de forma embrionária, as conclusões da análise empreendida e destacar a relevância da presente proposta.

A CIVILIDADE DO PROCESSO DE POVOAMENTO REGIONAL

O processo civilizatório da região Norte de Minas Gerais é parte integrante da perspectiva macro brasileira dos últimos cinco séculos. Durante este longo período, dentre suas características mais marcantes, Ribeiro (1995), destaca os privilégios usufruídos pela elite dirigente no exercício de sua interminável hegemonia. Senhorios velhos de acordo com o autor, se sucedem em senhorios novos, reproduzindo privilégios elitistas ao longo do tempo. No Brasil profundo, esse *habitus* se renova preservando privilégios da elite dirigente, sobre o conjunto da população norte mineira.

As nações indígenas do tronco Tapuias⁴ foram pioneiras no povoamento da região Norte de Minas Gerais, constituíram uma figuração social, cuja sobrevivência material, voltava-se à exploração equilibrada da natureza, mediante a caça, a pesca, a coleta e o cultivo de algumas espécies vegetais. Suas relações sociais, aquém de um poder central, eram firmadas na reciprocidade, se assemelhando ao padrão indígena brasileiro e a uma forma singular do bem viver, que desvela um diálogo entre passado e futuro, além de uma sinergia entre a matriz comunitária e a natureza que a envolve, conforme nos esclarece Acosta (2016). Este processo remonta a 1492, quando a Espanha invadiu o território que passou a se chamar América e, impôs um imaginário de superioridade do europeu “civilizado”, sob a inferioridade do outro, o primitivo,

⁴Tapuias, denominação que os tupi-guarani deram aos falantes do tronco linguístico macro gê. Os Kayapó vieram para a região no início do século XVIII, quando da chegada de bandos paulistas em Goiás e Mato Grosso (COSTA, 2021).

fazendo emergir a colonialidade do poder, saber e do ser (QUIJANO, 1992). De forma diacrônica, este processo, apresenta figurações semelhantes, por meio da ideia de salvação no século XV e XVI, civilização no século XIX, desenvolvimento nos pós Segunda Guerra Mundial 1945, e globalização a partir de 1970. Em todas as etapas dessa perspectiva, prevaleceu a visão do conquistador europeu, colocando o ser humano figurativamente falando por fora da natureza, para dominá-la e saquear suas riquezas (DUSSELL, 1993; MIGNOLO, 2003). Na região norte mineira, esse processo desmantelou as individualidades indígenas e ou de comunidades tradicionais, como quilombolas, estruturadas por relações recíprocas e articuladas entre si, pelo aprofundamento da ação civilizatória. Esta ação se mostrou genocida e escravagista, cuja ambição embasou a pilhagem egoísta dos bandeirantes paulistas vindos do Sul, movendo guerra ao gentio e quilombolas e outro pela pecuária extensiva nordestina vinda do Norte, seguindo o curso do Rio São Francisco desde a Bahia e Pernambuco. A guerra injustificada contra os gentios e quilombolas, bem como a criação de gado em fazendas, constituíram as bases dos núcleos de povoamento surgidos na região, por membros e descendentes das milícias chefiadas por Mathias Cardoso. Nesse sentido, Antônio Gonçalves Figueira deu origem a Montes Claros, Manoel Afonso de Gaia à São José do Gortuba, Januário Cardoso de Almeida, Januária, São Francisco e São Romão, Salvador Cardoso de Oliveira em Pedras de Baixo de Maria da Cruz, dentre outras (COSTA, 2021).

A expansão dos núcleos de povoamento, acentuou a prescrição de um modo de organização social branco e homogeneizador, promovendo um choque cultural, marcado, por um lado, pela visão cooperativa do mundo indígena e quilombola; e, por outro, pelo individualismo usurário, violento e intolerante de pecuaristas. Desse modo, se construiu um jogo de contradições responsável por descortinar, em certa medida, a face saqueadora do processo civilizatório da região Norte de Minas Gerais. Paradoxalmente, o desenvolvimento se universaliza, como história, porém, não é transcultural e, escamoteia o caráter pluralista da história (RIST, 2002).

A sobrevivência num sertão ínvio, constituiu-se na primeira manifestação de lucratividade. Na ambiência rustica do sertão, prevalece quase sempre os interesses dos grandes pecuaristas, numa combinação de relações sociais estruturadas na solidariedade, conflitos, violências, fatores preponderantes “na conservação da estrutura brasileira de parentelas, e uma das bases do sistema coronelístico” (QUEIROZ, 1975, p. 171). Propriedades rurais grandes ou pequenas se ocupavam em estruturar-se como unidade mercantil e, em relações de poder baseadas no mando e na obediência. É enorme a possibilidade de um pai, em certa medida, educar seus filhos, tomando como base o mando e a obediência. O que se supõe é que diálogos fraternos, persuasão, argumentação ou sinais de carinho, no trato com os filhos, sejam raros. Na grande maioria das vezes, segundo Elias (1994), reproduzem coações externas, como o espancamento diante de condutas desaprovadas como travessuras, sinais de desrespeito, cujo medo do espancamento, converte-se numa eficiente coação interna. E, o pai podendo ser tomado como exemplo de comportamento agressivo a ser seguido, retroalimentando a violência como mediadora das tensões nas relações sociais.

Erasmus de Rotterdam (s/d) foi um dos primeiros autores a lidar com o tema do comportamento e, nos adverte que a reprodução de comportamentos violentos na educação de um filho é uma insensatez, quando, em quase todas as casas, os moradores adestram cães, domam cavalos, enquanto desaparelham os filhos para uma vivência honesta. Na visão do autor, a demência e a perversidade resultam de uma educação descuidada e corrupta em seus princípios. Tomada como *habitus* estruturador das relações interpessoais regionais, a violência, evoluiu como um código de moralidade recíproco, envolvendo todos os setores da vida social. Neste universo patriarcal, segundo Freyre (1987, p. 12), “os homens são favorecidos na criação de modos de ser, de agir, de decidir, de construir, ao passo que a mulher é superior na criação de modas, de vestir, de criar filho, de ser religiosa, de pentear, de calçar, de cozinhar, de fazer doce”. Tais práticas integram a cultura do sertanejo no Brasil

profundo, desenvolvida no entorno do pastoreio, concebendo indivíduos rústicos, acostumado a viver com pouco, e sua crença na prosperidade nos negócios tornou-se o chão sobre o qual se estruturaram os *habitus* de vida da elite norte mineira.

A pecuária extensiva brasileira, possui características laborativas, diferentes daquelas verificadas nas sociedades açucareira e aurífera. Trabalhadores livres, embrenhados em matas para lidar com o gado, normalmente recebiam gêneros de manutenção, como sal e cabeças de gado, mas não estavam livres de uma relação entre um amo e seus servidores. Darcy Ribeiro, (1995, p. 343) ressalta que, “enquanto dono e senhor, o proprietário tinha autoridade indiscutida sobre seus bens e, às vezes, pretendia tê-la também sobre as vidas e, frequentemente, sobre as mulheres que lhe apeteassem”. Esta figuração social interdependente e, susceptível da lei do mais forte, possibilitou aos poderosos constituírem uma elite econômica-política regional, cujos núcleos de povoamentos, autossuficientes no modo de vida relativamente isolados durante o século XVIII, impulsionassem um expressivo comércio entre a Bahia, Minas Gerais e Goiás. As tensões provocadas pelos choques de interesses entre os dominantes e dominados, prevaleceu quase sempre os interesses dos primeiros. A dicotomia “comportamento moralmente justo e interesses particulares” consolidou-se como modo operacional da elite que daí emergiu.

Paula (1957) constata, na genealogia das principais famílias de Montes Claros, uma recorrência de alianças religiosas e matrimoniais, entre nativos e chegantes, economicamente bem sucedidos. Dessa forma, “independente de seus casamentos terem sido fruto de desejos muito pessoais, replicam e atualizam em suas trajetórias individuais o modelo de casamento preferencial entre nativos e chegantes vigentes em Montes Claros e no Norte de Minas” (COSTA, 2003, p. 164). Os múltiplos interesses voltados ao crescimento econômico dos pecuaristas regionais e seus descendentes se mantiveram, além das uniões matrimoniais, entre nativos e chegantes abastados, no convívio fecundo com o “comercio de gêneros agrícolas, (feijão, milho, farinha de

mandioca), fumo, cachaça no século XVIII, relativamente alterado, pela produção de algodão e pelo surgimento de fábricas de tecelagem no XIX (PEREIRA, 2007).

As origens dos integrantes da elite norte mineira, embora guarde semelhanças, como grupo não é homogênea. Para Bottomore, (1965, p. 16), a composição da elite pode envolver “muitos grupos que podem estar empenhados em diversos níveis de cooperação, competição ou conflito entre si”. Na região do Norte de Minas Gerais, a coesão dos agropecuaristas, comerciantes e empresários do setor, na grande maioria das vezes, era adquirida por meio das ações colaborativas diante das demandas que os fortalecessem, conferindo-lhes *status*, privilégios sociais, políticos e econômicos capazes de distingui-los de outros grupos sociais. Na aceção de Mills (1981, p. 20), a elite,

forma uma entidade social e psicológica mais ou menos compacta; seus componentes tornaram-se membros conscientes de uma classe social. As pessoas são ou não aceitas nessa classe, havendo uma divisão qualitativa, e não simplesmente uma escala numérica, separando os que são a elite dos que não são. [...] Aceitam-se compreendem-se casam entre si, e procuram trabalhar e pensar, se não juntos, pelo menos de forma semelhante. [...] Somente quando, na defesa comum, compreendem o que têm em comum, cerram fileiras contra os intrusos.

Desse modo, a elite regional, composta por fazendeiros e comerciantes, em suas respectivas localidades, exerceu práticas coronelísticas sobre sua parentela, baseadas no mando e na obediência, com vistas ao patrimonialismo, articulando uma rede com centros do poder de Minas e do Brasil (QUEIROZ, 1975; COSTA, 2021). Na grande maioria das vezes, as aspirações elitistas particularistas eram atendidas, mas não aquelas do conjunto da sociedade. Esta prática apresentou forte condicionamento nas décadas seguintes, por meio da modernização conservadora, pela qual se dedicou, cristalizando a desigualdade socioeconômica, mantendo privilégios e suas relações de poder.

NORTE DE MINAS: PODER, VIOLÊNCIA E OPRESSÃO COMO *HABITUS* NO PROCESSO CIVILIZACIONAL

De acordo com a interpretação de Bernardo Mata-Machado (1991), a região Norte de Minas Gerais viveu um relativo isolamento num longo período que se estende entre 1750 a 1947. Neste período, segundo o autor, viveu de seus próprios recursos, intercalando uma economia voltada “para fora”, baseada na exportação de gado para regiões litorâneas, e uma economia ‘para dentro”, fundada no aproveitamento dos recursos florestais, na agricultura, na caça e na pesca⁵. Paradoxalmente, incursões de viajantes-cronistas tentaram compreender as especificidades da região, identificar seu potencial exploratório, para subsidiar uma missão civilizatória a cargo de seus respectivos países europeus, com sua crença na ciência e seu inexorável progresso civilizador.

Diversos relatos de memorialistas e viajantes que passaram pela região em momentos distintos, principalmente os de Saint-Hilaire (1975) e Burton (1977), tomaram por base seu “olhar de fora”. É possível identificar, nos registros, a ênfase no potencial natural da região e a sua gente atrasada, vivendo num lugar cheio de riquezas. Destacaram as características de uma gente hospitaleira e generosa com os chegantes, mas também, marcas da pobreza, advindas da falta de estrutura, agravadas pela precariedade da vida, reforçando a condição de miseráveis equidistantes da civilização.

Influenciados pelos relatos dos cronistas e viajantes que descreveram o Norte de Minas como incivilizado, o Imperador apoiou debates que pudessem encontrar meios de civilizar a região. Por essa razão, em 1873, em Brasil, Falas do Trono (1977),

⁵ Segundo Costa (2021), esse isolamento regional nunca existiu. Nesse período, durante o século XVIII, a região manteve um expressivo comércio entre a Bahia, Minas Gerais e Goiás. No século seguinte, vende algodão para a Inglaterra devido à Guerra de Secessão nos EEUU e látex de mangaba durante o boom da borracha no final do século XIX e início do século XX. Na perspectiva do autor, a interpretação de Bernardo Mata-Machado (1991), faz coro a leitura mineirocentrada de desvalorização do potencial econômico do Norte de Minas.

o tema da descentralização territorial, pela criação da Província do São Francisco, foi apresentado pela bancada baiana, com o apoio do Imperador Dom Pedro II. Argumentavam que uma nova circunscrição administrativa, nas margens do São Francisco, seria um novo centro de vida e progresso, numa região extensa e distante do território nacional, privada dos influxos e vantagens da civilização. Segundo Pereira (2007), esse debate se estendeu até 1875, quando, sem resolução, o projeto foi arquivado. Em seu conjunto, as análises ressaltam a equidistância civilizacional da região e a ausência de símbolos de progresso que pudessem alterar o modo de vida atrasado, para padrões cosmopolitas em voga na Europa.

Em meados do século XIX, a imagem da nação brasileira na perspectiva biologizante eurocêntrica, combinava aspectos civilizados, pela incorporação de *habitus* do estilo de vida europeu, com um futuro comprometido pela identificação do país, como um laboratório de raças. Gobineau, (*apud.* SCHWARCZ, 1994, p. 137), julgou, " trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia". Essa visão mestiça, híbrida e negativa da nação não se restringia a fatores biológicos; justificava a existência de uma cultura autoritária nas relações sociais, pois, mediava um povo supostamente despreparado para o exercício da cidadania (SCHWARCZ, 1994). Por este prisma, a "inadequação da população mestiça brasileira", era o maior obstáculo a materialização da grandeza da nação. Na visão preconceituosa da elite nacional, as soluções para o aprofundamento do processo civilizatório, passavam pelo "necessário branqueamento da raça". Na região Norte de Minas Gerais, os padres premonstratenses⁶ belgas, trouxeram sua visão contextual para aprofundar o processo civilizatório no "Sertão Norte de Minas"⁷.

⁶ A Ordem Premonstratense foi fundada por São Norberto, em 1121, no vale francês de Prémontré ("pré-mostrado" por Deus a Norberto, de onde vem o nome "premonstratense"). A Ordem dos Cônegos Regulares Premonstratenses, também conhecida como "dos Monges Brancos", uma referência ao hábito que é dessa cor (GASPAR, 2011).

⁷ Os dois primeiros padres premonstratenses que chegaram ao "Sertão Norte de Minas", inicialmente em Diamantina e desta para Montes Claros, foram os Côn. Francisco Moureau e Côn. Carlos Vincard

Os trabalhos de conquista espiritual e dominação religiosa, transvertidos em evangelização civilizatória, cobria uma área que abrangia três vezes o tamanho da Bélgica. A cidade de Montes Claros, foi estrategicamente escolhida para sediar a “Ordem Missionária dos Padres Premonstratenses” e, colocar em movimento um sistema educacional para realizar um enquadramento religioso da população regional. O principal objetivo dos clérigos, era combater as práticas consideradas desviantes do catolicismo popular e expandir o catolicismo oficial. A religiosidade popular em sua dimensionalidade existencial, na visão dos padres missionários, era uma profusão de imagens desviantes, sobretudo, as festas religiosas realizadas pelos Catopês⁸ em louvor à Nossa Senhora do Rosário, a São Benedito e ao Divino Espírito Santo, que contavam com forte devoção social e, se realizavam respectivamente em outubro, abril e agosto (DIAS, 2011).

Nesta lógica, os missionários belgas se posicionaram, conforme analisou Quijano (1992), como um grupo restrito, situado no topo da hierarquia social, estabelecendo uma dominação cultural sobre os segmentos inferiorizados. Trata-se de uma forma de intervenção sistematicamente repressiva, não só de crenças específicas como o sincretismo religioso, manifestado em Montes Claros, pelas Festas dos Catopês, mas aos modos de “conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens, sistemas de imagens, símbolos, modos de significação; sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetivada, intelectual ou visual”. (QUIJANO, 1992, p. 438).

em 27 de julho de 1903. O Côn. Maurício Marcel Gaspar, veio em 1906, em substituição ao enfermo Côn. Francisco Moureau, sempre viajando em lombos de animais conforme Gaspar (2011).

⁸ Os Catopês são uma manifestação da congada, que se constitui num rito em devoção a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, enquanto os marujos e caboclinhos são devotos do Divino Espírito Santo. Saem as ruas agrupados em ternos compostos mais ou menos por vinte pessoas, organizados em duas colunas em ordem decrescente dos mais altos aos menores. Sob o comando de um chefe decorrem os cantos entre as duas colunas iniciadas por dois porta bandeiras. O rito, rico em simbologias sagradas é um patrimônio dinástico, passado de pais para filhos quase sempre nas mesmas famílias (PAULA, 1957).

Entre 1903 e 1930, os padres premonstratenses intensificaram as ações de enquadramento religioso de caráter civilizatório, propagando novos cultos, encaminhando imagens de santos europeus para diversas localidades, criando colégios, Santa Casa de Misericórdia, orfanatos, banda de música, jornais, teatros e congregações religiosas leigas. Na perspectiva de Costa (2021), a ação civilizatória empreendida pelos missionários belgas representa os pilares de uma civilização moderna, responsável por ampliar a cristianização das populações locais e elevação do padrão de comportamento das gentes norte mineiras. Entretanto, os Catopês, conseguiram preservar seus elementos identitários, celebrando sua ancestralidade, coexistindo como resistência e protagonismo, sob a estética do sagrado. Ao caminhar pelas ruas de Montes Claros anualmente, os ritos sagrados deixaram de ser a manifestação de um seguimento específico, para se tornar a identidade da cidade de Montes Claros⁹.

Ao longo desse processo civilizatório, os padres belgas se dedicaram à reafirmação da verdade romana, na qual, a Igreja Católica é a única detentora da verdade, desacreditando e desautorizando qualquer outra manifestação religiosa, pois a civilização não é apenas um estado momentâneo, mas um processo que deve prosseguir (ELIAS, 1994). Do ponto de vista dos trabalhos de expansão religiosa, o ano de 1907, manteve o crescimento vertiginoso dos anos anteriores:

Os batizados elevaram-se a 1. 134, o número de casamentos foi de 385, os últimos sacramentos foram administrados a 216 moribundos, entre os quais 132 receberam o Santo Viático. E, como ramallete espiritual, registrou-se a cifra realmente consoladora de 29.172 comunhões. Mas quanta canseira, que longas cavalgadas através do imenso cerrado fizeram os religiosos! Não foram

⁹Não é possível desdobrar esta discussão neste espaço. A tese em curso no PPGDS-UNIMONTES, intitulada: A COEXISTÊNCIA DOS INVISIBILIZADOS NO UNIVERSO DO COLUNISMO SOCIAL: o protagonismo dos Catopês em condições de subjugação na segmentação social da elite norte mineira entre 1960 e 1995, apresentará uma abordagem mais pormenorizada sobre o tema. Aqui o fizemos, para sublinhar a possibilidade de protagonismo dos subalternizados em condições de subjugação, posicionados na heterogeneidade social, suplantando a perspectiva das totalidades homogêneas, verificadas na ação civilizatória realizada pelos padres premonstratenses belgas e, no escopo do colunismo social.

menos de 128 viagens, percorrendo 1.319 léguas, ou seja, mais de 8.500 quilômetros (GASPAR, 2011, p. 93).

A criação do Jornal: A Verdade, auxiliou na propagação da supremacia civilizatória europeia na região. A leitura de parte do editorial do jornal, A Verdade de (15 de junho de 1907, p. 01), nos permite entrever os discursos e o teor das mudanças comportamentais pretendidas:

A Verdadeira Religião

A verdadeira religião não pode ser limitada entre alguns membros. Deve abraçar todas as nações do globo e contar filhos em todos os povos, em todas as tribos, em todas as linguagens da terra, em uma palavra deve ser universal. [...] Um só caminho conduz ao céu é o caminho da verdade. Abraçando doutrina contrárias impossível é conseguir um resultado idêntico.

O cristianismo é incontestavelmente a religião, que apresenta esta universalidade e a qual podem-se referir as palavras do profeta. Desde o levantamento do Sol até seu acesso, o meu nome é grande no meio dos gentios.

Institucionalizado como instrumento de poder e espaço difusor do conteúdo religioso, as edições do Jornal a Verdade, deram amplo destaque a grandeza do trabalho missionário realizado pelas associações religiosas, objetivando a expansão do catolicismo oficial e o fortalecimento do engajamento dos fiéis, como multiplicadores no enquadramento religioso populacional. A análise dos trinta anos de ação missionária da Ordem Premonstratenses no “Sertão Norte de Minas”, nos permite identificar ao mesmo tempo, a fundação dos pilares da modernidade regional, com os espaços institucionais de poder criados, a ampliação da cristianização e, principalmente, o aprofundamento no refinamento do comportamento das populações locais. Enquanto processo civilizatório contínuo, o período posterior certamente apresentará outras mudanças, “novos imperativos são acrescentados, relaxam-se outros antigos, emerge uma riqueza de variações nacionais e sociais, e se constata a infiltração na classe média, na classe operária e no campesinato do ritual uniforme da civilização (ELIAS, 1994, p. 113).

A dimensão do processo civilizatório da região Norte de Minas Gerais, por além do aspecto religioso conduzido pela Ordem dos Padres Premonstratenses, abarcou

outros símbolos, como a chegada da ferrovia. Símbolo maior do “capitalismo, urbano-industrial, ferrovias e cosmopolitismo dos grandes aos pequenos centros, criaram no interior a expectativa de vir a pertencer ao moderno mundo urbano e industrial, no momento em que fizesse uso dos artefatos por ele produzidos” (LESSA, 1993, p. 58).

A expansão das ferrovias atingiu o Norte de Minas, a partir de 1908, quando os trilhos saíram de Corinto, chegando a Lassance, e, em 1910, em Várzea da Palma e Pirapora, Montes Claros em 1926, e conectou-se com Salvador em 1950. Não foi rapidamente, mas, no entorno dos trilhos ocorreu uma dinamização do comércio, transportes, meios de comunicação principalmente nas cidades de Pirapora e de Montes Claros. Nas proximidades das estações ferroviárias norte mineiras, de acordo com Pereira (2010, p. 97), “foram surgindo os povoados que originaram as cidades de Várzea da Palma, Lassance, Engenheiro Navarro, Capitão Enéas, Janaúba, Pai Pedro e Catuti, além dos povoados/distritos de Alto Belo, Orion, Caçarema, Quem-Quem e Tocandira”. A ligação intermunicipal, sob os avanços da malha ferroviária, acelerou o tempo, encurtou distâncias e sobretudo, favoreceu a ampliação da atuação da elite regional, já favorecida por seu estável poderio econômico-político. Paradoxalmente, a elite mostrava modernidade nas relações econômicas e tradicional nos modos de vida predominantemente rústicos.

Em 1808, a família real chegou ao Brasil, trazendo consigo a imprensa que, desde o início, mostrou-se atrelada ao poder colonial e imperial, tornando-se, posteriormente, no período republicano parte da engrenagem de fortalecimento de interesses hegemônicos de capitalistas, partidos e grupos políticos (SODRÉ, 1999; MARTINS; LUCA, 2006). A este respeito, Rodrigues A. (2013), analisou reportagens publicadas nas duas primeiras décadas do século XX, nos Jornais de Montes Claros, com ampla repercussão regional: *Gazeta do Norte e Jornal de Montes Claros*. A autora identificou nas matérias a recorrência à necessidade de civilizar uma região, cuja identidade imperava explicitamente poder, violência e opressão, *habitus* de vida que reportam ao século XVII.

A elite buscou embasamento no conhecimento médico, para evidenciar males do comportamento social, provocados pelos vícios do tabagismo, alcoolismo, jogatina e, enfermidades como a malária, doença de chagas, responsabilizando-os, pela abstenção do sertanejo de suas funções laborativas. Exigia-se a extinção de algumas práticas e promoviam a incorporação de outras, para preservar a submissão das camadas populares. Por esta ordem, as camadas populares ficavam restritas ao cumprimento das funções laborativas, pois trata-se de um povo, supostamente ordeiro e trabalhador. Nesse contexto, as ordens militares implantadas conviveram com grupos de jagunços nas décadas seguintes e a educação¹⁰, condição indispensável para transformar realidades, civilizando modos de comportamento e ação, continuou sendo privilégio de poucos. Agindo por este instrumento, a elite regional utilizou-se dos jornais para propagar e defender seus interesses patrimonialistas, nas décadas seguintes (PEREIRA, 2002; RODRIGUES. A., 2013). A imprensa, neste universo simbólico, exerce um papel preponderante na distribuição dos indivíduos nas relações de poder. O destino coletivo se apresenta imóvel, conformista, cuja ruptura dar-se-ia mediante a atuação de seres especiais. Imbuída do papel de forjar e propagar esse imaginário, suavizando a dominação pessoal, a imprensa é deslocada de sua função de quarto poder, não se limitando em “apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público” (MARTINS; LUCAS, 2006, p. 11).

A elite norte mineira predominantemente agropecuarista, até por volta de 1960, quando se apresenta uma conjuntura de modernização mais consistente, ainda estava imersa na sociedade dos currais (COSTA, 2019; 2021). Um *habitus* difundido por bandeirantes paulistas, o de carregar um facão na cintura para autodefesas e ataques,

¹⁰ De acordo com Vianna (2007), a educação formal entre 1889 e 1926, inaugurou em Montes Claros diversas instituições escolares, dentre as quais: Colégio São Norberto (1905), Colégio Imaculada Conceição (1907); Grupo Escolar Gonçalves Chaves (1909); Escola Normal Norte Mineira (1915); Colégio Montes Claros (1919); Escola Normal Dr. Melo Vianna (1925).

ainda era mantido na região, agora representado pela prática costumeira de se portar facas, canivetes e armas de fogo, nos mais diferentes espaços públicos. Diante de qualquer desafio interpretado como afronta à honra, fosse em carreatas políticas, inaugurações de obras, festas culturais, leilões de quermesse, ou conversas acaloradas em vendas e botequins, as provocações desafiadoras eram respondidas a bala (PEREIRA, 2002). Assim, propagou-se pelo país a fama de região violenta, de atiradores que se notabilizavam pela competência em matar. Homens sempre aperfeiçoados como Estevão de Montes Claros, narrados por Guimarães Rosa (2015), eram concentrados, certos na pontaria do tiro. Miravam sempre, bem no centro da barriga, para acertar no umbigo, varar cinco vezes os intestinos, e seccionar a medula, lá atrás. Membros de uma elite em processo de transição para a institucionalização, engajada na obtenção de projetos e recursos modernizadores, conviviam com a rusticidade de uma vida, cujos *habitus* calcados na violência apresentava certa vitalidade.

AVANÇOS E PERMANÊNCIAS NO PROCESSO CIVILIZACIONAL DA ELITE NORTE MINEIRA

A elite norte mineira, avançou no processo de institucionalização, concebendo espaços institucionais de poder, para atuar na defesa de seus interesses de grupo hegemônico. A criação da Sociedade Agropecuária de Montes Claros, em 1944, (posteriormente denominada Sociedade Rural de Montes Claros), a criação da ACI (Associação Comercial e Industrial de Montes Claros) em 1949, Frigorífico Norte de Minas – SA - FRIGONORTE, inaugurado em 1965, transformaram uma economia predominantemente agropecuarista, num polo industrial. Enquanto associações de classe, atuaram intensivamente na preservação dos interesses dominantes locais e no cotidiano da vida social da cidade e região.

Enquanto a ACI cuida das negociações diretas entre o poder local e a elite mineira e dos interesses empresariais, a Sociedade Rural, instrumento de poder dos grandes produtores e proprietários regionais, especialmente aqueles que residem em Montes Claros, tem uma atuação mais intensa dentro do município. Como empresários que mantêm terras e negócios em outras cidades da região, certamente tem na entidade um fórum de articulação política importante (OLIVEIRA, F. 2000, p. 149-150)

O fortalecimento institucional da elite norte mineira, foi impulsionado por meio do projeto de modernização nacional desenvolvimentista, do governo do presidente Juscelino Kubitschek (JK). Um presidente carismático, capaz de despertar paixões em partidos e grupos políticos, aos demais segmentos sociais brasileiros. “A partir de então, a venda de imagens associadas ao progresso e ao desenvolvimento moderno do país foi tarefa contínua dos órgãos oficiais da imprensa” (MARTINS; LUCAS, 2006, p. 76). A conjuntura verificada no cenário nacional apresenta-se, como inspiração e incentivo às tentativas modernizadoras, que estavam na órbita da elite norte mineira.

Na perspectiva de Dulci (1999) compreender a intencionalidade inerente a heterogeneidade nos projetos de modernização, bem como, a diversidade na maneira como as elites regionais interferem nesses projetos é crucial para desvelar sua amplitude nas regularidades e singularidades. Segundo o autor, “não se ignora obviamente a dimensão institucional, mas ela é situada no arcabouço dos interesses de classes e das estratégias das elites” (DULCI, 1999, p. 24). A força econômico-política da elite regional, aumentou sensivelmente na década de 60, com a política de incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), pelo acesso majoritário aos projetos e recursos financeiros, propiciadores de um relativo desenvolvimento. Foram notáveis o aumento da urbanização, crescimento e modernização da economia, com o surgimento de um expressivo polo industrial, avanços da atividade agropecuária e do setor de serviços, percebidos na década de 1970. Os beneficiários mais diretos da modernização econômica regional foram as cidades de Montes Claros, Pirapora, Várzea da Palma, Bocaiúva, Capitão Enéas

(OLIVEIRA, M., 2000; RODRIGUES, L., 2000). Ao priorizar a alocação de investimentos em alguns municípios, potencializou-se a manutenção da elevada concentração de renda na região¹¹. Nesse sentido, a análise dos dados da tabela a seguir, nos permite identificar que o contexto norte mineiro, apresentava claros sinais de desempenho de uma economia que se modernizava, propensa a um elevado padrão de consumo da classe dominante, contrastando com rincões de pobreza.

Tabela 1 – Evolução da Proporção de Pobres (%) com relação a População total. Minas Gerais e Norte de Minas, 1970, 1980 e 1991.

Especificação	Proporção de Pobres (%)		
	1970	1980	1991
Minas Gerais	78	42	50
Norte de Minas	91	65	75

Fonte: Fundação João Pinheiro/IPEA. (1995).

Os dados acima apresentam o desempenho econômico da região no período de 1985 -1995. Nesse período, a taxa média anual do PIB brasileiro foi de 2,28%; de Minas Gerais 2,45% e do Norte de Minas 3,70% (RODRIGUES, L., 2000). Como nos esclarecem os números, o desempenho econômico da região norte mineira esteve acima da média brasileira e mineira. Esse quadro reforça o paradigma de que crescimento econômico no Brasil, não é sinônimo de distribuição minimamente justas das condições necessárias à melhoria da qualidade de vida para o conjunto da população do país. Segundo Rist (2002), Mignolo (2003), o desenvolvimento não passa de uma falácia, cuja metáfora distorcida e poderosa, vem atrelada a crescimento econômico e, concentração de renda, enquanto a universalidade das necessidades básicas não se materializa. O processo civilizatório na perspectiva de Elias (1994), baseia-se numa ampla

¹¹Uma possível interpretação desta situação encontra sustentação na base econômica da produção regional estagnada por séculos e o processo de acumulação de capital concentrado, inviabilizando o poder aquisitivo da população pobre. Na década de 1970, 91% da população situavam-se na linha de pobreza, sobrevivendo com $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Em 1980, houve uma melhora desse percentual para 65%. Os anos seguintes mostrariam um novo crescimento do percentual, quando, em 1991, 75% da população do Norte de Minas recebiam menos de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (RODRIGUES, L., 2000).

homogeneização social, universalizando pressupostos psicossociais que internalizam a dignidade da produção econômica, a disciplina, o autocontrole e a visão de futuro. Tal primazia não coaduna com crescimento da riqueza e concentração da renda norte mineira, como nos esclarecem os números da tabela a seguir.

Tabela 2 – Distribuição de renda, considerando os 50% mais pobres e os 10% mais ricos em 1980(%)

CLASSE DE RENDA	MONTES CLAROS	MINAS GERAIS	NORDESTE
50% mais pobres	12,20%	12,15	13,30
40% seguintes	42,35%	40,00	16,70
10% mais ricos	45,45%	47,85	69,90
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Fonte: Oliveira (2000).

A tabela 2 nos mostra que, os 10% mais ricos de Montes Claros detinha 45,45% da renda em 1980. Esses números, quando analisados em conjunto com o Nordeste, chegam a 69,90%. Enquanto os mais pobres, sobreviviam com 12,20 % e 13,30% no Nordeste. Um eixo comum entre as tabelas apresentadas anteriormente é o crescimento da renda no topo da pirâmide social, reflexos do Brasil injusto e desigual, no qual, uma elite detém um significativo poder de consumo, impedindo reformas estruturais, para manter o *status quo* e desqualificar os menos favorecidos. Quando se compara a distribuição de renda brasileira à mundial, no longo período de 1930 a 2015, se constata que “por aqui, o 1% mais rico recebe em torno de 23% da renda total. Em outros países muito desiguais, esse percentual fica próximo a 20%, como nos Estados Unidos e na Colômbia. Nos países mais igualitários, ele não ultrapassa os 10%, como na França e no Japão” (SOUZA, F., 2018, p. 262). Normalmente, os ricos, por ocuparem os espaços de poder, conseguem, por meio de barganhas e ações escusas, vetar toda e qualquer reforma estrutural, assegurando, portanto, não só a permanência numa posição de destaque, mas também a manutenção dos menos favorecidos na subalternidade. Por esta razão, a configuração econômica do Norte de Minas se mostra elitista, pois, não erradica a pobreza absoluta e mantém elevada a concentração da

renda, destituindo os demais segmentos sociais das benesses do desenvolvimento material e simbólico.

A elite agropecuarista regional, se uniu aos novos empresários do setor industrial, profissionais liberais, para juntos formarem uma elite polivalente. Este grupo diversificado, colocou um pé na modernidade, mantendo o outro, nos comportamentos rústicos tradicionais. Os colunistas sociais enfatizaram a necessidade de aprofundar o processo civilizador, refinando o comportamento da elite. Esta mudança era tratada por Lazinho Pimenta e Theodomiro Paulino, como condição *sine qua non* para que o progresso e o desenvolvimento se fizessem presentes e capazes de projetar a face *grã-fina* regional a capital do Estado. Seus esforços se concentraram em promover a segmentação social da elite norte mineira, transformando-a num grupo seletivo, nos moldes de uma *high society*. Paradoxalmente atenuavam-se as distinções em relação à plebe destituída, integrante da *low society*.

A AÇÃO CIVILIZATÓRIA DO COLUNISMO SOCIAL DE LAZINHO PIMENTA E THEODOMIRO PAULINO NO REFINAMENTO DO COMPORTAMENTO DA ELITE NORTE-MINEIRA

A cidade de Montes Claros, em face de sua importância regional, representa uma síntese do Norte de Minas. É enorme a probabilidade de que um fato que lhe seja marcante, também provoque efeitos significativos em parte expressiva da região. O processo de modernização da infraestrutura econômica e urbanística, impulsionado em Montes Claros, a partir de 1960, pavimentando ruas, implantando redes de energia elétrica, abastecimento de água, telefonia, clubes sociais e empresas de lazer e entretenimento, aprofundou o processo civilizador,

via refinamento do comportamento da população por meio da implantação de conservatório de artes. Ao mesmo tempo em que as colunas sociais nos jornais locais enunciaram continuamente que a alta elite deveria afastar de seus círculos de convívio festivos, aqueles que passaram a ser denominados como penetas, notadamente a classe média (plebe). E, ao mesmo tempo, manifestavam a necessidade de homens mal vestidos e brutos da *high society*

comportassem como suas mulheres, bem vestidas e educadas, para maior deleite de todos nos acontecimentos sociais (COSTA, 2019, p. 221).

A cidade de Montes Claros, foi o epicentro das mudanças que aprofundaram o processo civilizador, quando novos *habitus* de vida foram incentivados pelo colonismo social, passando a expressar maior diferenciação dos controles emocionais da elite regional, tornando-a, distinta do conjunto da sociedade. Desse modo, a elite passou a formar o que Elias (1994), denomina de centro de um processo civilizatório, cabendo a um círculo, a função de criar e fornecer modelos e a outro, a de difundi-los e assimilá-los. Este aspecto é central para compreendermos a ação civilizatória realizada pelo colonismo social interdependente de Lazinho Pimenta e Theodomiro Paulino. Tais colonistas, nos moldes elisianos, foram agentes centrais no aprofundamento deste processo, pois, além de criarem e fornecerem modelos de refinamento do comportamento para serem assimilados pela elite regional, tornaram suas colunas um espaço não apenas de distinção social entre a *high society* e *low society*, mas de expressão e afirmação discursiva de poder político-econômico e simbólico. As qualidades de elite, enquanto unidades sociais integradas por indivíduos seletos, são evidenciadas pelas manifestações dos símbolos e ideais comportamentais pelo fetiche e prestígio (ELIAS, 2001). Enquanto universo de pessoas seletas, a *high society*, sublinhou a experiência do *status* e protagonismo dos privilegiados da elite norte mineira, acentuando o rebaixamento dos saberes e práticas dos subordinados da *low society*, no exercício do domínio simbólico elitista pelo *habitus* estético.

Em Bourdieu (2011), a dicotômica *high society* e *low society*, é tratada como mais uma etapa do capitalismo, na qual, a luta de classes, vê acentuada as distâncias sociais, a partir do capital simbólico possuído por cada segmento social, manifestado no gosto e condições de mantê-lo como diferencial social. Por este prisma, o *habitus*, enquanto estrutura estruturante produz práticas e obras classificáveis, do mundo social dividido em classes sociais, se assentando no gosto que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida e condições possuídas por cada

classe (BOURDIEU, 2011). Segundo o autor, somente a classe dominante, reúne as condições materiais e simbólicas de assegurar um distanciamento e mantê-lo como *habitus estético*. Isso se verifica na demonstração de bom gosto, desde a cosmética corporal, do vestiário, decoração de uma casa, apreciação de obras de arte, viagens internacionais, leitura de livros. Estas bases, desvelam um estilo de vida das classes dominantes enviesado na estética refinada, estabelecendo uma hierarquia do gosto, conforme o acesso e manutenção dos bens simbólicos. “Quanto as classes populares, sua única função no sistema das tomadas de posição estéticas é, certamente, a de contraste e ponto de referenda negativo em relação ao qual se definem, de negação em negação, todas as estéticas” (BOURDIEU, 2011, p. 57).

Lazinho Pimenta e Theodomiro Paulino, numa relação interdependente, exploraram a vaidade e o poder de consumo da elite, em diversos eventos e ambientes festivos, materializando o acesso a experiência do *status*, prestígio e visibilidade social. Elias (1994) afirma, com base em sua perspectiva histórico-figuracional, que indivíduo e sociedade são inseparáveis. O autor enfatiza a vinculação entre as transformações ocorridas, na estrutura da personalidade do indivíduo (*psicogênese*), com a produção de mudanças na estrutura social que integra. O mesmo ocorre na relação inversa. As mudanças ocorridas nas relações sociais estruturantes da sociedade (*sociogênese*), produzem alterações na personalidade dos indivíduos que a compõe. São essas relações socio-psicogenéticas, que numa rede interdependente, transformaram Lazinho Pimenta, Theodomiro Paulino e os integrantes da elite regional, nos responsáveis por um fluxo de mudanças sociais. Conforme foi analisado por Souza, J. (2021, p. 76):

[...] num contexto de crescente proibição da violência como meio legítimo de perpetuação das diferenças sociais, as elites reagem estigmatizando comportamentos e criando tipos de conduta acessíveis somente a iniciados-que funcionam como forma de reconhecimento entre os pares e como mecanismo distintivo e legitimador em relação aos subordinados. Instaura-se então uma dialética da distinção social: cada vez que um comportamento se universaliza para as classes subordinadas, é necessário produzir novos padrões de comportamento para manter e legitimar a distância social.

Durante os eventos promovidos ou acompanhados pelos colunistas sociais em questão, a maior visibilidade era dada aos indivíduos ligados ao poder ou ao prestígio, cujo destaque conferido, lhes posicionavam como centro das notícias, num universo de pessoas seletas. Este aspecto, apresenta-se como uma inovadora simbologia da dominação pessoal, por meio do uso da estética refinada interiorizada e demonstrada publicamente. Neste universo simbólico e seletivo, Lazinho Pimenta e Theodomiro Paulino exigiam que homens e mulheres adotassem um estilo de vida refinado, segundo as condições da hora e do lugar, para revelar gostos e, uma fotografia de sua posição na sociedade norte mineira. Estar em conformidade com a experiência do *status*, agregava à elite a deferência de “gente que acontece na *high society*”. Alias, uma personalidade é antes de tudo, alguém de amplo destaque. Estar em evidência, ditar tendências, exige sempre um esforço ritualístico contínuo, nas maneiras de se comportar perante os demais. Como nos lembra Gilberto Freyre (1987, p. 17), a moda é um “fenômeno social ou cultural, mais ou menos coercitivo, que consiste na mudança periódica de estilo, e cuja vitalidade provém da necessidade de conquistar ou manter, por algum tempo, determinada posição social”. Na perspectiva do autor, o estilo é a identidade da pessoa, o que ela representa como figuração.

Os colunistas sociais deste estudo, difundiram continuamente, o que acreditavam ser a ordem do mundo, cujos traços simbólicos, baseados no sucesso pessoal, no poder de consumo, no comportamento refinado, no juízo de valor e no gosto, estão inseridos como diferenciais necessários a elite norte mineira, transformada numa *high society*, conforme ressaltou Morin (1997, p. 108),

uma nova alta sociedade, mais mitológica do que as antigas altas sociedades burguesas ou aristocráticas, mas, paradoxalmente, mais próxima da humanidade quotidiana, é constituída pela nova classe olimpiana. [...] Os olímpianos estão presentes em todos os setores da cultura de massa. Heróis do imaginário cinematográfico, são também os heróis da informação vedetiana. [...] Eles fazem os três universos se comunicarem; o do imaginário, o da informação, o dos conselhos, das incitações e das normas.

No contexto de formação da *high society* norte mineira, a distância social tornava-se visível, a todos aqueles destituídos do universo seletivo concebido pelo espaço das colunas sociais no período entre 1960 e 1980. As crônicas se tornaram, um instrumento de construção do imaginário, difusão de conselhos e normas, capazes de transformar uma elite cujos pés ainda estavam fincados na sociedade dos currais, em personalidades celebradas como novos olímpicos. O espaço de aparência manifestado nas crônicas publicadas diária ou quinzenalmente por Lazinho e Theodomiro, davam ampla visibilidade aos acontecimentos e eventos festivos, tais como: o Baile das Debutantes do Norte de Minas, concursos de Miss, Noite do Suéter, Garota *Glamour Girl*, Brotos do Ano, Destaque Jovem de Minas Gerais e Personalidades do ano. Uma sociedade que toma por inspiração, *habitus* da nobreza europeia dos séculos XVII e XVIII, não se sustentaria sem a adoção de regras de etiqueta, demonstradas, por meio da saudação adequada aos convivas, uso dos talheres, na apreciação de um bom cardápio, seguir a etiqueta à mesa, ouvir com atenção seus interlocutores. “À medida que as maneiras se refinam, tornam-se distintivas de uma superioridade: não é por acaso que o exemplo parece sempre vir de cima e, logo, é retomado pelas camadas médias da sociedade, desejosas de ascender socialmente” (RIBEIRO, J., 1990, p. 19).

Ao longo do século XX, jornais, rádios, revistas e televisão exploraram a lucratividade centrada na publicidade de uma série de produtos da moda, desenvolvidos com base no universo da beleza feminina, na ambiência da vida das donas de casa e, progressivamente, nos gostos masculinos, evidenciando novos *habitus* de uma sociedade espetacularizada e capitalista, que se tornava o terreno fértil para a expansão do colunismo social (MARTINS; LUCAS, 2006).

O colunismo social, que se iniciou em Montes Claros, em 1956, de acordo com Lívio (2006), orbitando em torno de fatos e pessoas celebrizadas pelo público, ganhou notável relevância pela visão arguta de Lazinho Pimenta (1935-1993) e Theodomiro Paulino que, a partir de 1956 e 1965, respectivamente, conseguiram captar as

especificidades de uma sociedade e promover um jornalismo amalgamado a eventos sociais, responsável por criar um jogo cênico cíclico: se beneficiava da elite como público alvo e esta, se retroalimentava da vaidade, do refinamento do comportamento e da visibilidade oriunda da exposição midiática.

O primeiro contato com algumas crônicas escritas por Lazinho Pimenta e Theodomiro Paulino, publicadas nos jornais Gazeta do Norte, Jornal de Montes Claros, Diário de Montes Claros, Jornal do Norte, nos permitiu observar não só a diversificação dos eventos, o conteúdo que se buscava valorizar e difundir, mas também, o poder econômico, político e simbólico concedido socialmente, à gente *grã-fina*. Por isso, as celebridades não vivem apenas a experiência do prestígio, mas vivem a certeza de que aquele prestígio é um dom que os habita (BERGAMO, 2007).

As colunas sociais publicadas regularmente, cobravam e sublinhavam o refinamento do comportamento, como condição indispensável aos progressos característicos de uma sociedade civilizada, em franco processo de desenvolvimento e modernização. Os eventos luxuosos repetidos ao longo dos anos, tornaram-se *locus* nos quais os colunistas, exploraram essas festas supostamente como espaço de “*misancene*” e de demonstração de comportamento refinado e poder característicos de uma elite civilizada. *Concursos de Miss, Baile das Debutantes do Norte de Minas* e o famoso *Baile A Noite do Suéter*, evento anual realizado por Lazinho Pimenta, a partir de 1963, apresentavam uma face *grã-fina* dos norte-mineiros. Theodomiro Paulino (2006, p. 5) enaltece que “um povo não se faz apenas pelo seu progresso, pelas suas indústrias, pelo seu comércio. Ele é feito ainda de como as pessoas se relacionam, se gostam e de como sua autoestima é alimentada”. Neste sentido, as pessoas do interesse de Lazinho e Theodomiro são aquelas que, no entendimento deles, “fazem sucesso profissional”, a gente que acontece contribuindo para “desenvolvimento regional. Por esta razão, selecionavam as pessoas que mais se destacavam em suas atividades privadas ou públicas, para vivenciarem de forma seletiva e interdependentes os *habitus* constitutivos da refinada *high society* norte mineira.

Alguns dos resultados da ação civilizatória realizada pelo colunismo social, são notados nos festejos em comemoração aos 30 anos de jornalismo de Theodomiro Paulino em 1995. Repleto de celebridades da *high society*, o encontro foi noticiado por Ibrahim Sued, em sua coluna no Jornal O Globo, de 11 de junho de 1995, quando destacou o luxo da decoração e o uso obrigatório do *smoking* e o vestido longo, aos cerca de 800 convidados. A este respeito, Thaís Guarinello Corrêa Machado, no Jornal do Norte, de 3 de junho de 1995, enaltece o alcance do colunismo na história regional: “Theodomiro Paulino escreveu a história de Montes Claros em colunas diárias; levou a todos a alegria das festas; o lado bom da vida; a vaidade das mulheres e dos homens. Mostrou a mudança de comportamento, pois há em torno de Theo uma aura de refinamento que a todos contagia”. O estilo de vida priorizado pelos colunistas analisados focalizou a imagem e a atitude refinada da elite, sublinhando sua posição destacada do conjunto da sociedade, pois, integravam o universo seletivo da *high society* norte mineira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar dimensões do processo civilizador no Brasil profundo, sublinhando um lugar distinto, a região Norte de Minas Gerais, nos permitiu apresentar algumas contribuições, demonstrando regularidades e singularidades da modernidade eurocêntrica. Penso, que ampliamos as abordagens que focalizam as tensões sociais, provocadas num contexto de mudanças, coexistindo modernidade e tradição na constituição de elites, para manutenção de privilégios, tema clássico nas ciências sociais. Tais caminhos foram traçados a luz da perspectiva teórico-metodológica de Norbert Elias (1994), que se mostrou relevante para evidenciarmos a dialética das distinções sociais, que potencializam situações de exclusão e manutenção de uma interminável hegemonia no Brasil.

Os critérios de julgamentos, que classificam a existência social brasileira em *gente e subgente*, são capazes de tornar o reconhecimento social uma prerrogativa elitista e, condenar ao anonimato e humilhação, a grande maioria da população nacional. Tratamos desses anacronismos do Brasil profundo, a partir do povoamento do Sertão Norte de Minas Gerais, com a chegada dos conquistadores e saqueadores paulistas chefiados por Mathias Cardoso, fundadores da classificação da sociedade nascente, que no processo se faz mestiça. No entorno da expansão da pecuária e agricultura de subsistência, lentamente, formaram-se núcleos urbanos e um sistema de domínio faccionalizado, baseado em relações pautadas na sociabilidade horizontal da parentela, compadrio, no mando e obediência, regulado pela violência recíproca nos moldes de Queiroz (1975) e Costa (2021).

O tipo de vida que identificamos nestas paragens, nos permite desvelar num plano mais amplo, a existência material e simbólica na república dos párias, em que se tornou o Brasil. Assim, Guimarães Rosa (2006) se referiu a vida humana, sob as luzes do sertão norte mineiro, em seu clássico da literatura *Grande Sertão Veredas*, publicado pela primeira vez em 1956. Seu olhar filosófico, transpassa o romance ficcional que escreveu, inspirado numa viagem ao “Sertão do São Francisco”, realizada na década de 1940. Imerso num contexto de exuberância e mistério, em meio a veredas de águas límpidas, jandaias e buritis, narrou com esmero algumas das contradições da república brasileira. O autor concebeu um sertão metafísico, para sublinhar as agruras pela sobrevivência que acometem a maioria dos brasileiros, impostas pelos poderosos da *res publica*, enquanto preservam sua interminável hegemonia.

Nenhuma ciência consegue ser verdadeiramente crítica, se não conseguir tornar novamente visível, o sofrimento dos seguimentos invisibilizados pelo projeto da modernidade, que em nossa realidade, se alimenta da naturalização da dialética das distinções sociais. Ao longo de nossa análise, sua função esteve sempre bem definida: possibilitar o refinamento do comportamento e, reafirmar a predominância da perspectiva epistemológica eurocêntrica no processo civilizatório das figurações norte

mineiras, por meio do ajustamento religioso realizado pela Ordem dos Padres Premonstratenses e, pela segmentação social incentivada pelo colunismo social. A imersão no universo seletivo e classificatório do colunismo social, foi fundamental para identificar a manipulação de um recorte da realidade social brasileira, cuja região Norte de Minas Gerais, apresenta regularidades e singularidades. A crônica social, não focaliza a “realidade” em si, mas, um recorte desta. Por isso, nos esforçamos para demonstrar a linguagem simbólica adota nas crônicas, baseadas na materialidade estética, para difundir a nova ordem do Norte de Minas modernizado e tradicional.

Ao converter a elite norte mineira numa *high society*, o colunismo social alimentou a vaidade dos integrados, lhes possibilitando vivenciar a experiência do *status* de celebridades, personalidades portadoras de saberes cultos, capazes de recusar aproximação com aquilo que se conhece como “popular” ou com aquilo que ameaça a posição de privilégio ocupada (BERGAMO, 2007). Este estudo, não abaixa as guardas diante dos desmandos da vida social brasileira, aliás, quando a opção é homogeneizante, opção perde seu sentido e, somos cômicos de que história é reinvenção. Outros modos de existência continuam no horizonte, vide Catopês na cidade de Montes Claros.

FONTES

JORNAL A VERDADE, Montes Claros, 15 jun. 1907.

JORNAL DO NORTE, Montes Claros, 03 jun. 1995.

JORNAL O GLOBO, Rio de Janeiro, 11 jun. 1995.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária – Elefante, 2016.

BERGAMO, Alexandre. **A experiência do status**: roupa e moda na trama social. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

BOURTON, Richard. **Viajem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Tradução de David Jardim Júnior. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1977.

BRASIL. **Falas do Trono**. Brasília: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e Baianos**: englobamento, exclusão e resistência. 2003. 335 f. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

COSTA, João Batista de Almeida. A sociedade de curral: desenvolvimento social pelas figurações sociais, pelo *habitus* e pela organização do estado no Norte de Minas. **Revista Argumento**, Unimontes, Montes Claros, vol. 16, n. 2, p. 195-236, Jul/dez. 2019.

COSTA, João Batista de Almeida. **Norte de Minas**: cultura catrumana, suas gentes, razão liminar. Montes Claros: Editora Unimontes, 2021.

DIAS, Jânio Marques. **Em busca da religiosidade sertaneja**: Fé e Cultura no Sertão das Gerais. 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2013.

DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

DUSSEL, Enrique. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Volume. 1.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologias das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Modos de homem & modas de mulher**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/IPEA. **Condições de Vida nos Municípios de Minas Gerais – 1970 – 1980 – 1991**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/IPEA, dez. 1995.

GASPAR, Maurício Marcel. **30 anos de Apostolado no Brasil pelos Premonstratenses do Parc**. Montes Claros-MG: Editora Unimontes, 2011.

LESSA, Simone Narciso. **Trem de Ferro**: Do Cosmopolitismo ao sertão. 1993. 252 f. Dissertação (Mestrado) Universidade de Campinas, Campinas, 1993.

LÍVIO, Haroldo. Crônica “Let’s twist again”. In: PAULINO, Theodomiro. **THEO**: uma vida. Belo Horizonte, Armazém de Ideias, 2006.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais. **História do Noroeste de Minas Gerais 1690 - 1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. 1ª ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zhar Editores, 1981.

MOSCA, Gaetano. **La classe política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo – I neurose. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. 2v.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da área mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Org.). **Formação social e econômica do Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: UNIMONTES, 2000. p. 13-104.

OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. **Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste.** Maceió: EDUFAL, 2000.

PARETO, V. "**Tratado de sociologia geral**". In RODRIGUES, J. A. (org.), **Vilfredo Pareto: sociologia**, São Paulo: Ática, 1984.

PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes.** Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX.** Montes Claros. Ed. Unimontes, 2002.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte mineiro.** 2007. (Tese de Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2007.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves. **Planejamento e desenvolvimento: Logística de transportes e exportações na mesorregião norte de Minas Gerais.** 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **História geral da civilização brasileira.** O Brasil republicano: Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1975. p. 155-190. Tomo III, v. 1.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad y Modernidad-razionalidad". In: BONILLO, Hera Clio (comp.). **Los conquistados.** Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; CLACSO, 1992. p. 437-449.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

RIST, Gilbert. **El desarrollo: historia de una creencia occidental.** Madrid: Los Libros de La Catarata, 2002.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. RODRIGUES, Luciene. (Org.). **Formação social e econômica do Norte de Minas Gerais.** Montes Claros: UNIMONTES, 2000. p. 105-172.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Memórias em Disputa**: Transformando Modos de Vida no Sertão e na Cidade. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão Veredas**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2006.

ROSA, João Guimarães. **Sagarana**. [Ed. esp.]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

ROTTERDAM, Erasmo. **De Pueris (Dos Meninos) e A Civilidade Pueril**. São Paulo: Editora Escala, s/d.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975.

SCHWARCZ, L. K. M. O Espetáculo da Miscigenação. **Revista do Instituto de Estudos Avançados USP**, São Paulo, v. 17, p. 15-23, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

VIANNA, Urbino. **Monographia do município de Montes Claros**: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2007.